

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 4779/2017

Lista n.º 29/17

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 16 de março de 2017, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres e de Direitos Políticos previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Alana Cássia Silva Rodrigues Costa	12-02-1998

16 de março de 2017. — O Diretor Nacional Adjunto, *António Carlos Patrício*.

310501263

Despacho n.º 4780/2017

Lista n.º 100/16

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 16 de março de 2017, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Samara Azevedo de Souza	06-02-1987
Eduardo Mazer	12/03/1973
Ana Vitória Carvalho de Jesus	21/05/1998
Patricia Ribeiro Luz Silva	27/07/1983
Eloah Garcia Rosas	04/10/1990

21 de março de 2017. — O Diretor Nacional Adjunto, *António Carlos Patrício*.

310501166

Despacho n.º 4781/2017

Lista n.º 32/17

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 16 de março de 2017, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Daniela de Almeida Jardim	09/11/1978
Lênin Lopes Oliveira	20/08/1996
Simone de Almeida Fernandes	18/04/1974
Luciane da Silva Melo	05/07/1973
Mauricio Moreira Soares	13/10/1989
Fabiana Emily Coelho Ferreira	29/11/1982
Bruna Fernandes Duque	16/07/1993
Mayara Cristina de Oliveira	27/09/1996
Caio Augusto Rodrigues Morgado	11/09/1998
Mario Igor de Souza Hayden	08/05/1989

21 de março de 2017. — O Diretor Nacional Adjunto, *António Carlos Patrício*.

310501311

JUSTIÇA

Direção-Geral da Administração da Justiça

Despacho n.º 4782/2017

1 — Nos termos do disposto nos artigos 44.º e 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e nos n.ºs 2 do artigo 6.º e 2 do artigo 9.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, delegeo no Licenciado Álvaro Leonel Rosa da Silva Pinto, chefe de divisão da Direção-Geral da Administração da Justiça, a competência para a prática dos seguintes atos:

a) Qualificar como incidente e acidente em trabalho os sofridos pelo pessoal da DGAJ e pelos funcionários de justiça e autorizar o processamento das respetivas despesas;

b) Autorizar a residência dos funcionários de justiça em localidade diferente daquela onde se encontra instalado o Tribunal ou Serviço do Ministério Público onde exercem funções.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de outubro de 2016, ficando por este meio ratificados, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os atos praticados pelo chefe de divisão Álvaro Leonel Rosa da Silva Pinto, no âmbito das competências abrangidas por esta delegação, até à data da sua publicação.

27 de abril de 2017. — O Diretor-Geral, *Luís Borges Freitas*.

310499604

Polícia Judiciária

Despacho (extrato) n.º 4783/2017

Por despacho de 2017.05.09, do Diretor Nacional da Polícia Judiciária, Dr. Almeida Rodrigues:

O Decreto-Lei n.º 81/2016, de 28 de novembro, no desenvolvimento de uma política criminal coerente e de uma estratégia adequada de combate ao cibercrime, reforçou a Polícia Judiciária com uma unidade operacional especializada designada por Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica (UNC3T).

Impondo-se paridade de tratamento com as restantes Unidades Nacionais da Polícia Judiciária e ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, foi determinada a seguinte alteração do Despacho n.º 12792/2009, de 20 de maio, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*:

[...]

Artigo 1.º

Unidades orgânicas flexíveis da Polícia Judiciária

[...]

2.4 — Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica, 1 núcleo

[...]

6.3 — Laboratório de Polícia Científica, 3 áreas, 4 setores e 2 núcleos;

Artigo 2.º

Unidades orgânicas flexíveis das Unidades Nacionais

1 — Os núcleos da Unidade Nacional Contra-Terrorismo, da Unidade Nacional de Combate à Corrupção, da Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes e da Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica asseguram o apoio à prossecução das competências previstas, respetivamente, nos artigos 7.º, 8.º, 9.º e 9.º-A do Decreto-Lei n.º 42/2009, de 12 de fevereiro.

[...]

Artigo 13.º

Unidades orgânicas flexíveis do Laboratório de Polícia Científica

[...]

3 — Na dependência das áreas referidas no número anterior funcionam 4 setores e 2 núcleos.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

11 de maio de 2017. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*, Chefe de Área.

310500056